

O quebra-cabeça brasileiro

AUGUSTO MARZAGÃO *

Território vasto, com predominância de terras férteis sulcadas por numerosos e generosos rios, jazidas minerais ainda a explorar já plotadas por satélites, condições climáticas sem extremos e em geral favoráveis à vida e ao trabalho, natureza de algumas inclemências sazonais, mas longe de calamidades e catástrofes congênicas. Grande diversidade cultural e racial, com acentuados graus de integração, resultando em uma civilização dinâmica e original expressa na vitalidade de sua cultura popular e de suas criações artísticas e literárias.

Povo amável, que não enfrenta conflitos étnicos e regionais significativos. País que conhece um progresso científico e tecnológico atestado por variadas contribuições em proveito do homem, o Brasil experimentou também, em tempo recorde, o desenvolvimento industrial e agrícola que o situa entre as dez maiores economias do mundo.

Temos um governo — o governo do presidente Itamar Franco — que se notabiliza pela sobriedade, austeridade, honradez e transparência, empenhado sinceramente que está em minorar os sofrimentos das classes médias e populares, defendendo-as dos abusos do poder econômico e da força corrosiva da inflação. Isso, sem fazer qualquer alarde, sem autorizar qualquer esforço de marketing em torno do nome do chefe do Estado e de sua obra.

São verdades do Brasil. Verdades que, por mais gratificantes, não nos impedem de ver outras verdades menos luminosas de nosso país: suas graves desigualdades sociais, mazelas de todos conhecidas e que tanto nos entristecem.

Resta-nos examinar o cenário político, onde vemos alguns segmentos liberais, hegemônicos em termos de poder econômico, defendendo energicamente a instauração plena do neoliberalismo. De outro lado, movimentos de inspiração socialista e socialdemocrata preconizam a rápida instalação de uma política distributivista.

Por um desses paradoxos de que é fértil a realidade brasileira, temos que ambas as correntes estão certas e ambas estão erradas.

Inspirado na leitura recente de lúcida entrevista do sociólogo francês Alain Touraine, profundo conhecedor do Brasil, seus problemas, suas potencialidades, arrisco-me a imaginar saídas para tão intrigante dilema.

Nada mais legítimo do que as forças liberais pregarem a adoção do princípio de ordenamento de nossa economia pelo mercado mundial, "princípio que se tornou indiscutível para todas as nações do globo", conforme Alain Touraine. Nada mais legítimo, também, que as forças de esquerda e de centro-esquerda defendam o estabelecimento urgente de uma política de redistribuição de renda. Até aqui ambas estão certas.

Ambas erram, porém, quando as forças liberais propõem políticas de modernização econômica insensíveis às desigualdades sociais e regionais. Erram as forças de esquerda e centro-esquerda, quando pretendem ou planejam inaugurar uma nova onda de protecionismo econômico e social, no momento em que nossas margens de poupança interna estão sob pesados compromissos e a nossa capacidade de endividamento externo praticamente exaurida. Insistir nessa linha é pretender redistribuir o que é escasso, gerando mais inflação.

Custa-me crer que lideranças respeitáveis que despontam nos vários horizontes do nosso espectro político-partidário queiram o pior para o Brasil. Todos dizem — e eu acredito piamente — que desejam o progresso e o bem-estar social para todos os brasileiros. Mas há diferenças bem marcadas de métodos.

A exumação do protecionismo econômico social e a promoção demagógica da redistribuição, à revelia da nova ordem econômica mundial, podem desarticular e desmobilizar o setor produtivo, desorganizar a atividade econômica e social e gerar reações imprevisíveis.

Estamos diante de uma espécie de *puzzle*: peças embaralhadas na mesa, transmitindo uma ideia de caos e desordem, de desencontro, mas sabemos que, se devidamente encaixadas,

mostrarão a reconfortante paisagem de uma grande, próspera e feliz nação de brasileiros. Por que isso não está acontecendo?

Porque, apesar de sermos, aproximadamente, 150 milhões de compatriotas falando o familiar português do Brasil, algumas das lideranças das maiores forças sociais e econômicas não procuram se entender na mesma linguagem do interesse nacional, coordenando suas ações, suas propostas, adequando-as à nossa realidade, às nossas prioridades.

Às vezes vemos líderes qualificados, pertencentes a orientações políticas diversas, concordando sobre a necessidade de se compatibilizar a modernização e a liberalização da economia com a redução das desigualdades sociais. Infelizmente, apesar dessas unanimidades conhecidas, o discurso não se converte em uma proposta realista, de conciliação desses aparentes opostos, os quais, na realidade, só são opostos em função da intransigência das várias facções em disputa.

As forças liberais sabem, ou ao menos deveriam desconfiar, que o futuro do país poderá se tornar incerto e assustador, enquanto perspectiva, se continuarem crescendo as multidões de marginalizados e miseráveis. As forças de inspiração socialista e socialdemocrata não podem ignorar que a economia brasileira poderia não suportar uma política de redistribuição populista, irrealista, utópica e irrefletida, ao custo de desequilíbrios orçamentários, de uma possível desagregação do país e do desmoronamento de todo esforço já feito em direção à estabilização econômica.

Chegou, pois, a hora de tentar organizar as peças desse quebra-cabeça. Não sinto a viabilidade de uma redistribuição de renda racional e inteligente sem modernização econômica, sem integração da nossa economia ao mercado mundial. E muitos analistas não estão vendo, tampouco, um final feliz, para o Brasil, se não se procurar rápida, honesta e verdadeiramente, reintegrar ao processo produtivo, ao mercado consumidor, à vida social, o largo contingente de marginalizados, que cresce em todo o país.

A campanha sucessória precisa se tornar um fórum privilegiadíssimo de debates, em que as lideranças mais destacadas do Brasil terão a responsabilidade de demonstrar maturidade, sensatez e patriotismo diante das prioridades nacionais, que transcendem os mandatos políticos e se inscrevem no elevado processo histórico de construção da nacionalidade. Ai, então, se o espírito público prevalecer, talvez surja e prospere, finalmente, o único caminho viável, que é a conjugação da abertura liberal da economia com a busca da integração social das populações marginalizadas.

Basta que juntemos as peças, tenhamos o *puzzle* completo, arrumado, e outro será o cenário do nosso futuro, o futuro desta nação que dispõe de recursos humanos e materiais para dar certo, e se tornar uma das grandes potências mundiais.

*Jornalista, é Secretário de Comunicação Institucional da Presidência da República

Não há como melhorar a distribuição de renda no Brasil sem modernizar a economia.